

**HABEAS CORPUS Nº 548.569 - MG (2019/0356895-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : THAISA SANTOS FERNANDES ARAUJO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LEANDRO CHAMONE CARDOSO - MG100723  
THAISA SANTOS FERNANDES ARAUJO - MG192028  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : JOAO PEREIRA LOPES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor JOAO PEREIRA LOPES, apontando como autoridade coatora a 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.104191-2/000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante como incurso no artigo 33 da Lei 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustentam os impetrantes que foi apreendida quantidade ínfima de entorpecente com o acusado, o que permitira a concessão do benefício da liberdade provisória.

Alegam que na residência do réu não teriam sido encontrados petrechos ou insumos relacionados ao tráfico de drogas, razão pela qual sua liberdade não implicaria riscos à ordem pública.

Argumentam que a prisão processual do paciente decretada em outro feito e utilizada para justificar a necessidade de sua segregação antecipada nesta ação penal não mais subsistiria, uma vez que não está mais encarcerado no aludido processo.

Consideram que não estariam presentes os requisitos necessários para a decretação da constrição antecipada.

Aduzem que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

A princípio insurgindo-se a impetração contra acórdão do Tribunal de origem que denegou a ordem em prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na impetração, a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito

final, isto é, confunde-se com o mérito do *mandamus*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Ademais, a Corte de origem consignou que "*o inconformismo do paciente não merece guarida, havendo óbice à liberdade, vez que a decisão que converteu o flagrante em preventiva (doc. ordem 13) está devidamente fundamentada, encontrando motivação no art. 312 do CPP e existem dados concretos que indicam a necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública*" (e-STJ fl. 26).

Destacou que "*apesar da relativamente pequena quantidade de entorpecente (maconha) apreendida, a CAC (ordem 13) do paciente evidencia sua inclinação delitiva, vez que ele, preso dois meses antes em virtude da suposta prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico, teria voltado a delinquir*", acrescentando que "*o mesmo documento indica que J. responde a duas outras ações penais, pela suposta prática dos crimes de receptação e posse ilegal de arma de fogo*" (e-STJ fl. 28).

Assentou que "*o paciente tem válido da confiança que o Poder Judiciário lhe confere - com sucessivas liberdades provisórias/revogações de prisões - para seguir cometendo delitos, fato que indubitavelmente abala a ordem pública*", sendo "*de rigor, portanto, sua manutenção no cárcere*" (e-STJ fl. 28).

Concluiu que "*a segregação cautelar se faz necessária, uma vez que causa instabilidade social a predisposição para a prática criminosa e reiteração dessas condutas*" (e-STJ fl. 28).

Da leitura de tais argumentos não exsurtem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

Em arremate, "*conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente possuir maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade*" (RHC 118.655/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Criminal da comarca de Pirapora/MG, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional do paciente e ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator